



Superior Tribunal de Justiça
Gabinete de Ministro Marco Buzzi

REUNIÃO PRELIMINAR – GT DO SUPERENDIVIDAMENTO
(PORTARIA N. 55/2022 – CNJ)

25/02/2022 – 16h

Participantes:

1. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
2. Cláudia Lima Marques, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
3. Trícia Navarro Xavier Cabral, Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ;
4. Frederico Fernandes Moesch, representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
5. Nabor Batista de Araújo Neto, representante do Ministério da Economia;
6. Ricardo Constant Dickstein, representante do Banco Central do Brasil;
7. Luis Vicente Magni de Chiara, representante da Federação Brasileira de Bancos (Febraban);
8. Fernando Rodrigues Martins, Diretor do Brasilcon;
9. Sandra Lemgruber, Promotora de Justiça do Estado do Espírito Santo;
10. Juliana Loss, Advogada e Professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV);
11. Fabiola Xavier, representante do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV);
12. Cintia Ramos Falcão, representante da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi);
13. Vitor Moraes de Andrade, Instituto de Pesquisas e Estudos da Sociedade e Consumo (IPS Consumo);
14. Aline Ávilla Ferreira dos Santos, Juíza Auxiliar no Gabinete do Ministro Marco Buzzi;
15. Andréia Ramos Pereira, assessora no Gabinete do Ministro Marco Buzzi;

16. Jordana Maria Ferreira de Lima, assessora-chefe Gab. Adv1 (CNJ);
17. Célia Machado, analista CSAC (CNJ);
18. Ana Moura, repórter ASCOM (CNJ).

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Aos 25 dias de fevereiro de 2022, às 16h, nesta Capital Federal do Brasil, realizou-se a 1ª reunião do Grupo de Trabalho instituído para aperfeiçoar os fluxos e procedimentos administrativos para facilitar o tramite dos processos de tratamento do superendividado, dela participando as pessoas acima descritas (Portaria CNJ n. 55, de 17/02/2022).

O Ministro Marco Aurélio Buzzi abriu o encontro agradecendo a presença virtual dos participantes e reforçando os objetivos do Grupo de Trabalho, enfatizando que a missão desse grupo é muito importante, pois é uma forma de contribuir, concretamente, com a população, especialmente com aquela parcela mais carente, mais vulnerável. Em seguida, passou a palavra para que cada integrante explanasse brevemente acerca das eventuais práticas que já vêm sendo desenvolvidas por cada um dos órgãos públicos/entidades envolvidos, no que pertine ao enfretamento do superendividamento.

Cláudia Lima Marques – Professora e Diretora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, destacou o marco legislativo histórico para a sociedade, indicando e disponibilizando dados do Observatório do Crédito e Superendividamento que produz informações e pesquisas empírica sobre a temática, com projetos piloto. Ofertou, por mim, disponibilidade de parceria da UFRGS para capacitações.

Trícia Navarro expôs que, no âmbito no CNJ, estão sendo realizados estudos para monitorar a judicialização na área do superendividamento, e que uma das medidas que podem ser adotadas é a criação de um assunto específico para esses processos – inserção de assunto taxonômico, nas Tabelas Processuais Unificadas, de modo que, com isso, se tenha dados estatísticos mais precisos.

José Vicente de Chiara – Diretor Jurídico da Febraban, relatou que a sua instituição atuou em renegociações, citando como exemplo o ano de 2020, em que foram renegociados mais de 17 milhões de contratos, com extensão de mais de seis meses para pagamento. Falou da necessidade de identificação do que seja o superendividado, para evitar a corrupção do instituto criado. Por fim, disponibilizou a estrutura econômica da FEBRABAN, com estudos e dados, principalmente tendentes a identificar os padrões de

endividamento da população brasileira, entre outros dados, que será compartilhado com o grupo.

Ricardo Dickstein – Chefe da Divisão de Reclamações do Departamento de Atendimento Institucional do Banco Central, justificou a ausência de Stanislaw Zmitrowicz em razão de estar em gozo de férias, todavia eles remeteriam o material solicitado e pretendem colaborar no que for preciso com o CNJ.

Fernando Martins – Presidente Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, enfatizou a importância de se estabelecer uma metodologia para a condução dos trabalhos. Registrou que o Instituto realizou um curso capitaneado pela Professora Cláudia e que, desde já, o curso está à disposição dos integrantes do GT.

Fabiola Xavier – Diretora Executiva do IDV, falou da importância da nova legislação e da atuação do CNJ para sua efetiva implementação, indicando a disponibilidade do Instituto para auxiliar no trabalho do GT.

Frederico Moesch – Representante do MJSP, indicou sua alegria na aprovação da lei, ainda que haja muito a se definir, como o que seja o “mínimo existencial” cujo conceito ficou a cargo do Poder Executivo. Assim, foi contratado estudo do PNUD sobre prevenção e tratamento do superendividamento, inclusive internacionalmente, que será disponibilizado em breve para o GT.

Moraes de Andrade – Representante do IPS-Consumo (*think tank*), falou do protagonismo do Judiciário e dos Procons mesmo antes da lei, indicou ser professor na PUC-SP e, portanto, pode propiciar capacitação.

Maria Eliza Mac-Culloch – Gerente Jurídica do Sindicato do setor de Telecomunicações de todo o país e representante da Conexis Brasil Digital, apresentou-se e se comprometeu fazer o levantamento das iniciativas das empresas de telecomunicações e compartilhar com o GT.

Cintia Ramos Falcão – Representante da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento, destacou a importância da educação financeira e que contribuirá com as informações de que já dispõe.

Carolina Sanches – Representante da Associação Brasileira de Bancos, registrou que a Associação pretende contribuir com estudos sobre o perfil do superendividado e a sua forma de atuação.

Nabor Batista de Araújo Neto – Procurador da Fazenda Nacional e Representante do Ministério da Economia, apresentou-se e indicou que remeterá o material e contribuirá com as atividades do GT.

Juliana Loss – Professora da FGV, disponibilizou a estrutura da FGV para a capacitação, sugerindo a adoção de um formulário para os CEJUSCs, com vistas a saber como está a situação desses centros.

Após a manifestação dos participantes apoiando a iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, o Senhor Ministro Marco Buzzi solicitou que, no prazo de 15 dias corridos, sejam remetidas o que de concreto foi desenvolvido (projetos, programas e estrutura) pelas instituições integrantes do GT, além de propostas concretas para o bom desenvolvimento dos trabalhos do GT. As informações devem ser remetidas para os e-mails: jordana.lima@cnj.jus.br; celia.machado@cnj.jus.br, com cópia para ramosp@stj.jus.br.

Sugeri, ainda, o Ministro que o GT atuasse em duas (2) frentes: uma na seara judicial, definindo fluxos processuais e extraprocessuais, elaborando cartilha para os CEJUSC's e juízes, por exemplo, a outra frente atuaria na política pública em si, com idealização de campanhas educativas, aperfeiçoamento dos PROCON's, etc. Os membros, por fim, acataram as sugestões e se comprometeram a remeter as informações solicitadas até o dia 17/03/2022, para os e-mails acima indicados. Nada mais havendo, o Ministro Marco Buzzi encerrou a reunião às 16h40min.